

Dívida externa brasileira vale somente US\$ 65 bilhões

MÔNICA MAGNAVITA

A dívida externa brasileira não é de US\$ 105 bilhões como está registrada no Banco Central. Ela, na verdade, vale bem menos, especificamente, cerca de US\$ 65 bilhões, levando em conta o deságio de 40% sobre seu valor de face, com o qual vem sendo negociada no mercado secundário. O Governo brasileiro espera tirar partido disso e não descarta a possibilidade de pagar juros sobre o valor real da dívida, os US\$ 65 bilhões, e não sobre o nominal. Essa estratégia reduziria os encargos em cerca de US\$ 3,8 bilhões somente neste ano e seria a melhor cartada depois de cinco meses de moratória. É difícil, mas não impossível.

O Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em entrevistas recentes, deixou no ar essa possibilidade e chegou a dizer claramente que pretendia tirar partido do desconto com que a dívida brasileira vem sendo negociada no mercado secundário através da conversão em investimentos. Em sua viagem aos Estados Unidos, o Ministro tocou em um ponto considerado tabu entre os banqueiros, mas que, pelas últimas declarações do Governo, vão nortear a renegociação da dívida brasileira: por que não dividir o ônus com os credores?

Essa proposta já começa a ganhar corpo dentro do próprio Congresso americano, encabeçada pelos demo-

cratas, de oposição ao Presidente Ronald Reagan, e em vários círculos acadêmicos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. A idéia foi reiterada por um membro da Comissão Mista de Economia do Congresso Americano, Alfred Watkins, em visita ao Rio na semana passada. Watkins, que é especialista em finanças internacionais e dívida externa, disse que a idéia de pagar juros sobre o valor real da dívida tem muitos adeptos dentro do Congresso americano.

De acordo com ele, os democratas estão cientes de que a crise da dívida dos países do terceiro mundo é uma questão política e não tem solução sem uma saída menos convencional. O problema é que os bancos não estão dispostos a abrir mão dos 40%, e por isso a sugestão do partido é a de criar uma agência que comprasse os créditos dos bancos privados com desconto e os substituíssem por bônus de sua emissão.

Naturalmente, a aprovação de alternativas como essa por parte do Presidente Ronald Reagan, está atrelada a outras coisas. A principal, no que diz respeito ao Brasil, é um projeto de lei já aprovado pela Câmara e Senado americanos, mas que ainda não foi sancionado por Reagan. A

criação dessa agência está incluída no projeto, bem como a eliminação de barreiras comerciais e da lei de reserva de mercado brasileira. Mas, segundo Alfred Watkins, essa lei só passa se for mais flexível.

De qualquer forma, como compensar os bancos da perda que eles terão com o deságio? Watkins, que visitava o Rio a convite do Consulado Americano e não falava oficialmente em nome dos democratas, explicou que o Congresso está estudando mecanismos legais para que os bancos não lancem a operação nos balanços neste ano, mas que possam amortizar o desconto em um prazo que vai

A idéia de pagar juros sobre o valor real da dívida tem muitos adeptos dentro do Congresso dos Estados Unidos

de oito a dez anos. "Há indícios de que o Secretário do Tesouro, James Baker, possa dar ao Congresso instrumentos que viabilize o projeto".

A medida, entretanto, "não passa de sonho", ou pesadelo, para o Presidente do Banco de Montreal Investimentos SA, Pedro Leitão da Cunha. "Em matéria de imaginação, nota 10", respondeu e questionou: "O contribuinte americano vai querer pagar o deságio brasileiro, compensan-

do os bancos por esse desconto? É quixotesco achar que a solução vai surgir por aí". O Banco de Montreal é o maior credor canadense do Brasil, com créditos de US\$ 1 bilhão, e recentemente manifestou a vontade de converter US\$ 100 milhões em investimentos de risco.

— Mas com deságio, nem pensar — garantiu Leitão da Cunha. Os argumentos contra a medida são mais éticos do que técnicos. De acordo com ele, a oficialização do desconto, como quer o Governo, é a admissão pública de que o "Brasil é um mau pagador, e que, portanto, a palavra do País vale 50% ou 60% do que aparentava valer pouco tempo atrás. Acho isso uma desmoralização e não posso acreditar que o Governo brasileiro vá tomar essa decisão. O Banco de Montreal, como a maioria dos credores, diz que a dívida vale 100% e preferimos achar que o Brasil vai honrar seus compromissos".

Do ponto de vista técnico, ele alertou que a desvalorização da dívida vai levar a um afastamento dos banqueiros do Brasil e causará "uma repulsa aos créditos brasileiros no futuro. Uma coisa é deixar que os outros negociem sua dívida com deságio, outra é o País formalizar esta desvalorização". Leitão da Cunha afirmou que essa estratégia vai afastar o Brasil do sistema financeiro internacional além de afastar os investimentos estrangeiros diretos. Na sua opinião, a alternativa dos **exit-bonds**, levantada pelo Ministro Bresser Pereira, parece mais viável.